

A História no Diário Oficial

Governo Alacid Nunes (1966/1971) AS VELHAS QUESTÕES DO SEPARATISMO

A tentativa de fatar o Pará, para criar novos Estados, é muito antiga, principalmente na região oeste, onde o separatismo remonta ao século 19. A mais recente aconteceu em 2011. Resgatado na campanha eleitoral de 2014, o tema foi o fiel da balança na disputa para o governo, deixando marcas políticas indeléveis. Contra e a favor. Em 1968, o assunto esteve na pauta da Assembleia Legislativa. A fase mais recente do separatismo cresceu no início da década dos anos 1990, quando se aprofundou o interesse de políticos do sul e sudeste do Pará pela criação do Estado do Carajás, com capital em Marabá. O movimento naquela região também é antigo, mas inflou desde a exploração mineral da Serra dos Carajás. O novo boom econômico gerado pela mineração ensejou o nascimento e uma nova elite econômica e com ela ampliaram-se os interesses políticos, cujos atores, na grande maioria de fora do Estado, para cá foram atraídos pelo garimpo, madeireiras, pecuária e pequenas indústrias. Questionando a presença do Estado na região e distantes cultural e politicamente de Belém, essas lideranças reavivaram o separatismo.

No ocidente da Amazônia, o divisionismo nasceu nos tempos da Colônia. Depois de desbançar São Luís como capital da Província, passando a sediar a Província do Grão-Pará e Maranhão, Belém tornou-se o polo urbano mais importante da região, mais tarde chamada de Província do Grão-Pará e Rio Negro. Em 1850, o território paraense foi novamente dividido, quando o imperador Pedro II criou a Província do Rio Negro (origem do Estado do Amazonas). Dezoito anos antes, elites daquela região ocidental haviam tentado, sem êxito, a divisão.

Enfim, as raízes do separatismo estão historicamente (e politicamente) muito bem plantadas, e impeliram o plebiscito em 11 de dezembro de 2011. Apoiada pelo governador Simão Jatene, a maioria da população, sobretudo da Região Metropolitana, disse não. E o mapa do Pará continuou o mesmo.

Conforme o Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 1.481, que circulou no dia 9 de janeiro de 1968, como anexo do DOE, os deputados reunidos na 69ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de outubro de 1967, discutiram a criação de um Território Federal no Baixo Amazonas. Com a palavra, o deputado Abbas Arruda, que leu um telegrama enviado pelo presidente da Câmara de Óbidos, pedindo-lhe “reforçar a campanha feita pelo deputado federal Teófilo Pires, na criação dos novos territórios, inclusive Óbidos”.

Argumentos de agora foram os mesmos de então: o desenvolvimento econômico e a ausência do poder central na região. O governador Simão Jatene, que dia primeiro de janeiro de 2015 inicia o terceiro mandato, tenta mitigar o movimento separatista criando estruturas regionalizadas de gestão do governo.

Ao finalizar sua oração – informa a ata da sessão de 25 de outubro de 1967 - o deputado Abbas Arruda apresentou um requerimento de apelo ao secretário de Agricultura e ao diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará (Idesp), no sentido de estudar as possibilidades do aproveitamento do óleo do curauá branco e vermelho, “encontrado em grande quantidade no Baixo Amazonas, principalmente nos municípios de Santarém, Juruti, Alenquer e Monte Alegre”. O assunto acabou naquela sessão e não há registro posterior de ter voltado à pauta. Mas a criação dos Estados de Carajás e Tapajós continua na agenda das duas regiões: políticos do sul, sudeste e oeste continuam tentando, no Congresso Nacional, mudar a Constituição Nacional para garantir um novo plebiscito a ser decidido, porém, somente pelos eleitores dessas regiões.

No Diário Oficial não há registros das consequências do requerimento do deputado sobre o curauá, mas a industrialização da bromélia aconteceu em Santarém, no início da década dos anos 2000.

Nélio Palheta - Jornalista

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

■ cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE
sac@ioe.pa.gov.br | 4009.7818

Agenda Cultural

Programme-se!



ARTES VISUAIS

Café Fotográfico

Local: Sesc Boulevard

(Av. Boulevard Castilho França)

Entrada franca

Dia 16/12 (terça), às 18h



CINEMA

Hoje

Local: Sesc Boulevard

(Av. Boulevard Castilho França)

Entrada franca

Dia 20/12 (sábado), às 16h

